

ENRAIZAMENTO, MEMÓRIA E VIDA NA COMUNIDADE DE SAIBREIRA -RJ

Carlos Pereira Júnior¹

Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças.ⁱ

Ecléa Bosi Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano (entrevista/2012).

1- ECLÉA BOSI E A HISTÓRIA ORAL.

O presente artigo tem como uma de suas inspirações um pequeno e singelo texto de Ecléa Bosi intitulado **Sugestões para um jovem pesquisador**. Dentre as muitas sugestões por ela formuladas neste breve escrito, algumas considero especialmente preciosas em tempos em que a historiografia se reinventa de forma profunda através da redescoberta da oralidade como fonte privilegiada de pesquisa e via de abertura para novas possibilidades historiográficas.

Segue aqui um exemplo: “A narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos”ⁱⁱ

Afinal, a narrativa nos conduz a um passado que, como a autora também nos diz, “não é um refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar”ⁱⁱⁱ

¹ Técnico Assistente – ITERJ. Graduado e Licenciado em História - UFF-RJ. Pós-Graduado (Latu Sensu) em História Moderna - UFF-RJ.

Desta forma, “A memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser memória geradora do futuro. É bom lembrar com Merleau-Ponty que o tempo da lembrança não é o passado, mas o futuro do passado”.^{iv}

Bosi realizou de modo ímpar este resgate de um “futuro do passado” em sua clássica obra **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**, que permanece no Brasil, ainda nos dias de hoje, como uma das principais referências bibliográficas no campo da psicologia social e interdisciplinar do artesanal trabalho com história oral. Memória e Sociedade é um livro que nos convida a valorar os mais velhos como portadores de experiências que, quando compartilhadas como memórias, redefinem, sempre, para o ouvinte e para a sociedade, o tempo presente, através de um passado que emerge e transborda em subjetividades e afetos, através de narrativas de vida que atuam de forma criativa no campo social, através de dizibilidades e visibilidades que transformam nosso registro de mundo.

De maneira exemplar, Bosi selou com seus depoentes uma “comunidade de destino”, sendo transformada pelo diálogo com seus tantos “sujeitos pesquisados”. Como um desdobramento direto de sua pesquisa e do seu compromisso com a construção de uma política de memória dedicada aos de baixo, nasceu o Projeto Universidade Aberta a Terceira Idade desenvolvido pela Universidade de São Paulo - USP.

Oliveira (2006), ao resenhar **Memória e Sociedade**, dimensionou sua importância para as ciências sociais no Brasil, qualificando a obra como um daqueles livros que nunca terminam, o que de fato lhe faz justiça como clássico que é, não apenas das ciências humanas, mas da própria literatura brasileira, por sua profundidade poética:

Memória e Sociedade, em sua 18ª edição no ano de 2012 e após várias reimpressões, é reconhecidamente um clássico das ciências humanas. Já inspirou peças teatrais, como Doces Lembranças, e, para a felicidade de educadores e alunos, foi incluído pelo Ministério da Educação entre as “Cem Obras sobre o Brasil”, constituindo acervo que deve integrar as bibliotecas das escolas públicas assim como a biblioteca do professor. É um livro para ler e reler, várias vezes. Difícil será não se emocionar e não se surpreender; há ali sempre algo a descobrir. Pois, como dizia Calvino (1993, p. 12), ‘um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para ser dito.’^v

Trata-se de uma obra que expressa contundentemente a importância da memória na constituição de nós mesmos, seja como indivíduos ou coletividades, e, conseqüentemente, a pertinência da garantia de um direito a memória, ao enraizamento, defendido pela autora em

uma entrevista publicada em 2012. Tal direito, essencial à democracia, pode ser interpretado como uma outra face do direito a cidade, pois, como afirmado na referida entrevista

“Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ver que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados e das esquinas. E tudo isso se reflete bem nos depoimentos de nossos memorialistas”.^{vi}

É tal sentimento de pertencimento, ou de *enraizamento*, conceito que Bosi (2012) toma emprestado de Simone Weil, que pretendemos explorar através das questões levantadas pelos depoimentos de Jassiara e Andreia, duas lideranças que se sucederam a frente da ação comunitária em Saibreira/Bangu-RJ. Mas não sem antes tecer algumas breves considerações teóricas sobre a metodologia de história oral, e sobre sua interseção com a história pública, que informam o modo de escuta que utilizamos aqui.

2- HISTÓRIA PÚBLICA, HISTÓRIA ORAL E DEMOCRACIA.

Surgida nos Estados Unidos durante os anos 70 do século XX, como alternativa a historiadores profissionais desempregados, a história pública apenas se afirmou de modo contundente como campo de pesquisa no Brasil, a partir do ano de 2011, através do curso Introdução a História Pública, então oferecido pela USP, através de seu Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual. Tal experiência acadêmica gerou, então, um livro pioneiro e ainda uma das principais referências sobre o tema no Brasil: “Introdução a História Pública”, organizado por Juniele Rabêlo e Marta Gouveia de Oliveira Rouvai. Tal publicação inspirou a realização do 1º Simpósio Internacional de História Pública, também realizado pela USP e a fundação da Rede Brasileira de História Pública em 2012.

Apesar de todos os esforços de pesquisa e formulações teóricas e metodológicas acumuladas desde então, de modo muito saudável, não existe qualquer definição inequívoca de história pública, da mesma forma que não existe qualquer conceituação absoluta ou verdade única que reduza os saberes historiográficos a qualquer ortodoxia. Mas, considerando-a em seu diálogo com a oralidade, definirei aqui história pública, ou pelo menos uma das histórias públicas possíveis, como um campo de produção historiográfica, construído através do debate

público sobre os usos do passado e da memória como experiência vivida por grupos sociais ou indivíduos participantes de uma identidade ou experiência comum. Trata-se de uma historiografia compartilhada ou elaborada para e com o seu público, destinada, entre outras coisas, ao fortalecimento de laços comunitários e intervenções nas lutas minoritárias do tempo presente, e comprometida com a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades.

É de suma importância neste processo a noção de *shared authority* (autoridade compartilhada), construída por Michel Frish, a partir de sua longa experiência com história oral, para qualificar a colaboração entre historiadores profissionais e pessoas sem formação em história na produção de uma prática de pensamento, de narrativas e experiências, que fazem da grafia da história menos uma disciplina acadêmica e mais um modo de consciência e existência definido pela duração (tempo) que nos perpassa como viventes.

Creio que é neste sentido que, em sua conferência **História Oral e Poder**, Alexandre Portelli aproxima a prática da história oral do exercício da democracia. Afinal, segundo ele, os narradores orais que entrevistamos não são objeto de investigação, são, ao contrário, sujeitos de um projeto compartilhado que convidamos a esfera pública.

Em suas próprias palavras,

Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam o computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam. Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar, porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e nos discursos públicos. Buscamos fontes orais porque faremos que essas vozes - que sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam,- tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.^{vii}

Na mesma conferência, reforçando a vocação democrática da história oral, Portelli (2010) reporta-se justamente a noção de *shared authority* de Frisch para desconstruir qualquer verticalidade ou relação de poder/saber neste tipo de pesquisa:

O historiador oral Michael Frisch fala da história oral como *shared authority*, uma autoridade compartilhada. Porque podemos ser professores e catedráticos entrevistando uma analfabeta; porém, na entrevista, quem tem o saber que se necessita é a analfabeta. Nós estamos ali porque não sabemos coisas que os entrevistados sabem. Trata-se de uma experiência de aprendizagem para nós,

para o historiador, e é uma experiência em que a relação entre quem ensina e quem aprende se inverte, se troca.^{viii}

A história oral, enquanto campo de investigação, se confunde com a história pública neste engajamento inspirado pelo compartilhamento de tempos e memórias, vivências, e afetos emergentes de potentes passados, que atravessam o tempo presente, que transbordam e transformam a vida, na medida em que modifica seus atores.

A história pública é acima de qualquer outra coisa um convite ao envolvimento e participação ativa do público leigo na produção do saber histórico. Como tal, estabelece a memória como uma experiência viva, o passado como uma potência, como um afeto que nos move, já que a duração (tempo) é o fundamento último daquilo que somos, de nossos enraizamentos em um mundo cotidianamente vivido

Segundo Almeida (2018), a história oral guarda a possibilidade de ampliar o “sentido público” da história pública na busca de caminhos criativos que contemplem os dois campos de pesquisa na confluência de saberes acadêmicos e não acadêmicos.

Como ela bem observa,

O movimento da história oral possibilita a implementação de ações que inferem caminhos para parcerias no cotidiano das comunidades. Tais caminhos são possíveis a partir do entrecruzamento ‘experiência, memória e oralidade’ e fornecem instigantes subsídios para história pública.^{ix}

Concretamente, tal entrecruzamento, torna-se possível na medida em que,

... A história oral não é feita de sujeitos abstratos, mas de micropoderes cotidianos, das construções de memória social; das resistências e dos sentidos da afetividade na história. O trabalho com história oral, a partir desses princípios, não tem como consequência apenas a divulgação de informação, mas a produção de conhecimento sensível que poderá implicar em compromissos públicos; por meio de debates amplos e processos de conhecimento.^x

Enquanto arte da escuta, na feliz expressão de Portelli, a história oral é um exercício ético, entre experiência, memória, e identidade que impacta sobre o cotidiano individual e de comunidades na resignificação do vivido. Desta forma ela pode inspirar políticas públicas ou produzir saberes e vivências coletivas enraizadas em outros modos possíveis de existência.

3- MORADIA E ENRAIZAMENTO NA COMUNIDADE DE SAIBREIRA.

3.1 - DO LOTEAMENTO A OCUPAÇÃO: A DESCONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO FABRIL.

A ocupação que originou a Comunidade de Saibreira teve início, muito provavelmente, nos anos 1950, com a construção de quatro casas na localidade conhecida como Rio da Prata. Tais construções teriam ocorrido, ao que tudo indica, com anuência do proprietário, a antiga Companhia Progresso Industrial do Brasil - CPIB (Fábrica Bangu) na figura de algum funcionário.

Ao longo das décadas seguintes, a porção maior desta área ocupada inicialmente por estes poucos pioneiros, sofreu novas e sucessivas ocupações irregulares.

Tais ocupações possuem como referência (ou marco) uma grande pedra existente no local e da qual, talvez, derive o nome da comunidade. Sobre ela consolidou-se, com acesso pela Rua Santa Marta, bem no centro da comunidade, um dos mais antigos núcleos ocupacionais de Saibreira, que, muito apropriadamente, poderia ser apelidada como “comunidade da pedra”.

No verbete relativo à Comunidade disponível no Sistema SABREN-RJ,^{xi} consta como “histórico” um comentário, atribuído a depoimentos de moradores e líderes comunitários, de que a comunidade teria como origem um reassentamento: “Anteriormente os moradores da favela Saibreira ocupavam uma área pertencente a Fábrica de Tecidos Bangu, mas como a área ia ser loteada, um representante da fábrica os transferiu para este local”.^{xii}

O que se pode dizer com certeza é que foi desta forma que, segundo a memória local, Saibreira nasceu na esteira da decadência da antiga Fábrica de Tecidos Bangu, cuja história se mistura como o desenvolvimento do bairro e da chamada zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

O processo de alienação do vasto patrimônio imobiliário da Fábrica e desmantelamento de seu território fabril, aprofundado ao longo dos anos 60 e 70 do último século, constitui um capítulo a parte do crescimento urbano e da expansão territorial da Cidade do Rio de Janeiro.

Com a falência da Fábrica, o bairro, que durante décadas foi moldado por ela, reinventou-se como subúrbio através da alienação de patrimônio imobiliário da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB).

Como esclarece Oliveira (2006), neste período,

... a manutenção de um território fabril, imobilizando capital incorporado ao patrimônio, tornou-se, cada vez mais, inconciliável com as tendências de desenvolvimento da urbanização e com as mudanças do padrão de acumulação capitalista, vigente a partir dos anos de 1960.

Nesta época, uma parte dos terrenos da CPIB, ainda não loteada, foi vendida para a CEHAB (Companhia Estadual de Habitação), que empreendeu a construção de alguns conjuntos habitacionais em Bangu. Dentre eles tivemos: Vila Aliança (1962), Vila Kennedy (1964) e D. Jaime Câmara (1968). No total, estes conjuntos representaram um acréscimo de 14.237 novas unidades habitacionais, na região.

Em meados dos anos 60, a CPIB iniciaria o processo de alienação de seus imóveis (casas e prédios) que estavam alugados ou ociosos. Em 1965, foram vendidas as primeiras casas da Vila Operária, evidenciando os primeiros sinais de dissolução do núcleo urbano-fabril original. Tal processo culminaria, no início da década de 1970, com o desmantelamento da vila operária, através da venda da totalidade de suas casas. Isto representaria o golpe de morte no núcleo original do território fabril da CPIB, e com isso a Fábrica Bangu se tornaria apenas mais uma fábrica da cidade do Rio de Janeiro.^{xiii}

Parte do terreno onde hoje existe a comunidade é identificado como lote 01 do PAL 22740 (área 43), integrante de um projeto de loteamento proletário projetado em 1956 pela CPIB em imóvel ocupado por populares, a partir, muito provavelmente, do final dos anos 50 do século passado. Diferente dos seus confrontantes, também ocupados por populares e inscritos em projetos aprovados de loteamento, tornou-se objeto de conflito fundiário e da intervenção do Estado do Rio de Janeiro, durante o primeiro governo Brizola que, através do Decreto nº 8.510, de 15 de outubro de 1985, desapropriou o imóvel ocupado, para assegurar a permanência de seus ocupantes no local, sendo o Estado imitado na posse provisória do bem através de ato exalado pelo Juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital, datado de 11 de abril de 1986. A partir de então, a antiga Secretaria de Assuntos Fundiários - SEAF passou a desenvolver ações tendentes a regularização fundiária desta parcela da comunidade.

Afastado o risco do despejo, mesmo que parcial, Saibreira consolidou-se, cresceu, e adensou com o passar dos anos. Mas a titulação desta parcela desapropriada pelo Estado só aconteceria, em duas fases distintas, respectivamente nos anos de 2006 e 2009, através do ITERJ, sucessor na administração pública estadual da antiga Secretaria de Assuntos Fundiários - SEAF, mediante outorga de Termos Administrativos de Promessa de Concessão de Uso, como Direito Real Resolúvel, aos moradores aptos para recebê-lo. Neste ano de 2022, concluído o processo expropriatório com a transcrição imobiliária da propriedade em nome do Estado, a

Promessa foi substituída pela Concessão de Uso. A outra parte da comunidade, entretanto, que extrapola o lote expropriado e constitui próprio Municipal, ainda aguarda ser titulada, até a presente data, sem qualquer previsão de intervenção da Municipalidade.

Desde sua origem, a comunidade foi estigmatizada como um território invisível, entregue a própria sorte, marcado pela precariedade e desconsiderado pelo poder público. Até hoje muitos moradores do bairro de Bangu desconhecem sua existência ou lhe impõe o estigma de “favela”. Mesmo assim a comunidade enraizou-se e, diferente de muitos outros territórios da zona oeste, permaneceu a margem da influência ou presença das facções do crime organizado que dominam a região. Hoje Saibreira, apesar da simplicidade de suas casas e ruas, possui fama de lugar sossegado e seguro, tem todas as vias reconhecidas pelo Município e CEP fornecido pelos Correios.

3.2 - JASSIARA E ANDRÉIA: A COMUNIDADE DE SAIBREIRA COMO TERRITÓRIO EXISTENCIAL.

Até a sua morte em 2015, decorrente de complicações cardíacas de longa data, Jassiara foi uma das principais lideranças de Saibreira, muito atuante entre fins dos anos 80 e ao longo dos anos 90 do século XX, embora não tenha participado do início da ocupação. Em entrevista concedida ao Projeto Memórias justificou seus anos de dedicação ao ativismo comunitário como um ato de amor pelo lugar onde enraizou-se. Morreu, entretanto, sem receber documento de posse, pois sua casa encontra-se na parte da comunidade pertencente à Prefeitura.

Nascida em São João de Meriti, Jassiara foi criada pela mãe e pela avó paterna. Segundo ela, sua avó era o “homem da casa”, tendo lhe “ensinado tudo” juntamente com sua mãe.

“Minha vizinha parecia com aquela vizinha, branquinha... Aquela vizinha que você beijou. Branquinha assim mesmo, a mãe do meu pai, era baiana, mulher de garra, positiva, sabia o que queria, ela dizia “nenhuma das minhas netas vão casar-se sem antes se formar” ela e minha mãe: “quer casar, primeiro se forma, vai ter uma profissão para você não depender de marido”. Ninguém casou sem uma profissão, nenhuma de nós. Todas nós temos uma profissão. Se o marido fosse embora tudo bem, se casava de novo, sabia trabalhar, se virar nos trinta para sustentar a sua casa. Assim foi minha vizinha. Minha mãe foi a mãe e minha vó foi o homem da casa. Minha vó que saía e nos ensinava tudo, minha vizinha nos ensinava tudo, Guiomar de Leite Souza, minha vizinha”^{xiv}.

Mas, se Jassiara projetava na avó materna um referencial de independência, determinação e ação, coube a sua mãe fazer da Saibreira seu chão. Foi ela quem adquiriu um terreno na comunidade. O episódio é descrito por nossa memorialista de uma forma praticamente “mítica”, ou seja, através de um acordo deliberadamente firmado entre sua mãe e seus “espíritos”:

“Não foi eu que escolhi vir para “Saibreira” não. Foi minha mãe. Minha mãe é espírita né, minha mãe veio da Bahia, trouxe as coisas dela dentro de uma lata, que é povo de rua, exu, dentro de uma lata e ela dizia: se um dia conseguir um terreno, eu vou tirar você e vou te dar uma casa. Minha mãe um dia vinha para feira, porque aqui tem uma feira que começa às 07 horas, 06 horas da manhã e termina às 17:00 da tarde. Mamãe vinha para feira e viu uma placa: vende-se uma casa, vendendo aquele quintal, mamãe foi e comprou. Foi minha mãe, foi ela e o acordo com os espíritos dela, que arranjou aquele terreno”.

O exercício de fabulação aqui realizado por Jassiara enriquece enormemente sua prosa e singulariza sua narrativa, sua forma de contar sua própria história.

Pertinente observar neste ponto que a expressão oral é um modo de saber e experimentar o tempo que nos singulariza como narradores. Cada um tem seu próprio timbre e seu modo corporal, verbal e não verbal de expressão e significação de uma experiência ou memória. A duração (tempo), por sua vez, é o próprio princípio de realidade que independe de nossa percepção e, ao mesmo tempo, a engendra e nos contém. Ela é a constituinte de nossa condição humana e, como tal, uma espécie de absoluto não transcendente, mas imanente, que faz parte do aqui e agora, dentro de nossa experiência concreta da realidade. Seja através da atualização da memória pela percepção singular, seja através da virtualidade de um passado absoluto, a duração é sempre mudança e a história oral um campo privilegiado para experiência de tal processo, que sempre nos remete a um outro regime de historicidade, a uma experiência histórica diferente daquele que nos foi legada pela modernidade. Um regime outro que tem por substância a descontinuidade da vida comum, nossa própria condição humana, nossas estratégias de subjetivação e significação do mundo vivido, em lugar dos “grandes acontecimentos”, das metas narrativas inspiradas por um suposto “processo histórico” teleologicamente orientado.

A Saibreira apresentada por Jassiara é, portanto, bem diferente daquela “factualmente” construída através dos documentos escritos que, diga-se de passagem, são produzidos em diversos contextos, sob a orientação de uma racionalidade instrumental e práticas discursivas institucionalizadas por “saberes burocráticos” e “coisificantes”. É uma Saibreira feita de

peessoas, experiências, afetos, e não por dados estatísticos e conceitos abstratos que escapam a vida diária e suas fabulações. Chama especialmente atenção em sua fala a carga afetiva que projeta na comunidade que viu crescer. Enquanto liderança comunitária, durante anos, Jassiara abrigou inúmeras pessoas anônimas que hoje também fazem parte da história viva da Saibreira.

Em suas próprias palavras,

“Quantas casas eu dei em “Saibreira”. Quando vieram fazer a escritura acho que tinha 15 casas ao todo, tinha morador que tinha casa aqui que não morava em “Saibreira” e não podia deixar vazia, eu comecei a fazer levantamento dos moradores que não tinham casa, que precisavam de casa, e comecei a assentar nas casas. Travessa “São Judas Tadeu” foram dois, travessa “Santa Marta” foram três. Aí dei dois na travessa “Santo Antônio”, mas não foi dada a escritura, todas as casas que tinha vazia eu ia dando. Hoje a pessoa dá mais valor a terra porque ele sabe quanto custa um pedaço, hoje tá melhor para a pessoa dar valor ao que tem. Antigamente não dava, porque era fácil, tinha muito terreno abandonado, hoje não tem. Você vai para estrada do Viegas não tem terreno mais para invadir. Você hoje não tem nem mais debaixo da ponte para invadir, botaram pneu, tá tudo cercado. Hoje não tem terra para invadir, só o sertão, só Antares, aquele lado que está escondido, esquecido pelo homem, por Deus não, mas pelo homem está escondido. Ninguém quer morar em situação que você não sabe se vai acordar, se vai poder sair de casa ou não, ninguém quer mais”.^{xv}

Para Jassiara, ser liderança era uma prática de amor e acolhimento, ou, simplesmente, de enraizamento, como bem expressa a passagem acima. Reforçando tal convicção ela ainda acrescenta:

“[...] queira Deus que quem for liderança comunitária, seja liderança por amor, não seja por amor ao poder, e sim por poder de amar. Quando você tem poder de amor, nada é obstáculo...”.^{xvi}

Pode-se dizer que tal desejo de Jassiara se realizou. Andreia, que lhe sucedeu a frente da associação de moradores, é indiscutivelmente “uma liderança por amor”. Definitivamente, a relação afetiva com a comunidade de Saibreira, enquanto lugar de morada e identidade, aproxima as duas presidentes.

Para Andreia o ativismo comunitário é um ato de doação, uma entrega, que muito lembra o engajamento “amoroso” de Jassiara. Como ela mesma diz em relação a associação de moradores:

“É um trabalho que você faz, que você se doa: ‘Ah, não posso me doar não, eu tenho minha vida, eu tenho que resolver a minha vida’. E aí eu tenho uma diretoria hoje com cinco pessoas que eu fiquei sozinha...”.^{xvii}

De formas diferentes, ambas as lideranças criaram raízes em Saibreira e através de Saibreira. Mas diferente de Jassiara, que veio com a família de São João de Meriti, Andreia nasceu em Bangu, bairro onde seus pais, por sua vez, vindos de Realengo, escolheram para morar. Sua mãe era enfermeira de formação e dona de casa de ocupação. Já o pai, era pintor de letras. Andreia começou a trabalhar muito cedo como manicure para ajudar no sustento da casa. Mudou-se para Saibreira com vinte anos de idade, em 1992, quando se casou e passou a morar com o marido em casa construída no quintal da sogra. Quiz, afinal, ironicamente, o destino que ela se unisse justamente a um morador de Saibreira. Local que durante a juventude, como ela mesma confessou, os adultos a haviam ensinado a temer como um lugar perigoso.

“A gente escutava muito falar: “Ó, lá tem umas pedras. Lá eles matam, pegam as pessoas, levam para a pedra e matam”, eu tinha pavor, eu não passava para lá de jeito nenhum”.^{xviii}

Casada, tornou-se dona de casa. Mas a cultura do cuidado que aprendera com a mãe enfermeira, logo a levou a se envolver com a associação de moradores. Achava importante lutar para melhorar o local em que morava e também gostava de ajudar outros.

Em suas próprias palavras,

“Minha mãe foi enfermeira e eu via as atitudes da minha mãe em casa porque sempre tinha alguém: ‘Ah, Creusa, preciso tomar uma injeção’, e a minha mãe aplicava. Minha mãe não trabalhava fora, mas ela tinha essa coisa aí, ela largava tudo para atender aquele morador que chegava ali na porta da casa dela! Ali eu despertei, eu falei: ‘Eu preciso fazer isso também, eu preciso ajudar’”.^{xix}

Por ironia do destino, acabou se tornando conselheira distrital de saúde. Assim, ao longo dos anos 2010, enquanto Jassiara diminuía seu protagonismo dentro da comunidade, fragilizada por uma saúde cada vez mais precária, Andreia se transformava, aos poucos, em uma nova referência de liderança entre os moradores. Não demorou muito para virar Presidente da Associação em 2013. Como faz questão de deixar bem claro, devidamente eleita pelo sufrágio e não consagrada ou aclamada por sua prática cotidiana, como fora Jassiara por muitos anos à frente da associação.

Nas duas horas de entrevista que concedeu ao Projeto Memórias, por diversas vezes, Andreia referiu-se à comunidade em que mora como “minha Saibreira”. Pode-se dizer que, tal como Jassiara, Andreia é habitada pelo lugar onde mora. Tem os pés bem firmes em seu chão, ou em suas pedras. Mas não deixa de queixar-se das dificuldades que enfrenta, enquanto

liderança, devido à falta de mobilização e interesse dos moradores que visam quase sempre o próprio benefício em detrimento do bem comum ou de qualquer vínculo com o chão que lhes sustenta os pés:

“[...] hoje eu não consigo um voluntário dentro da minha comunidade, eu não consigo um voluntário para dizer: ‘Vamos ali naquele cantinho, vamos arrumar aquela plantinha e vamos fazer uma horta comunitária?’ , ‘Eu? Eu não! Você vai me pagar quanto?’ . Isso aí dentro da comunidade eu acho isso muito ruim porque eu não sei se é o passar do tempo, as pessoas ficam muito individualista, só querem para elas, só querem ganhar, ganhar e ganhar”.^{xx}

Dialogando com esta fala de Andreia, acho oportuno observar uma característica elementar dos assentamentos informais. Na fase da ocupação, a solidariedade, os vínculos e os gestos cotidianos, são definidos pela ausência de um horizonte futuro, pela precariedade da moradia, e pelo risco de despejo. Há um estado de mobilização permanente imposto pela fragilidade do instante. Depois de consolidado dentro de um bairro, o assentamento torna-se, em todos os sentidos sedentário, acomodado a própria inércia. A solidariedade, imposta pela precariedade do morar improvisado e incerto, é substituída pelo comodismo da garantia da posse, quando definitivamente afastada qualquer ameaça de despejo.

A Associação de Moradores não é mais, neste novo contexto, um lugar material e imaterial de encontros e mobilizações. Ela se resume ao ativismo quase sempre solitário e solidário de uma única liderança comunitária que se desdobra para administrar as carências e desejos desorganizados dos outros.

Tomando como referência, mesmo que muito livremente, a noção de “coletividade de bairro” apresentada por Pierre Mayol, no segundo volume de **A Invenção do Cotidiano**,^{xxi} pode-se dizer que na Saibreira de hoje a concessão à jurisdição do outro é precária, assim como o sistema de relações definido pela proximidade espacial. Todos se orientam prioritariamente pelos seus apetites privados, sobrecarregando a liderança comunitária quase sempre com questões individuais envolvendo as mais diversas situações. Desde pendências para transferência de titularidade da posse do lote junto ao Estado, até pequenas desavenças privadas entre vizinhos. Por outro lado, sobrevivem pequenas práticas solidárias que lembram os tempos de ocupação, como a realização de festas de fim de ano ou da simples camaradagem cotidiana entre alguns vizinhos de longa data.

O sentimento de pertencimento, presente tanto em Jassiara quanto em Andreia, na definição de Weil (1986), pode ser tomado como expressão da necessidade mais importante e mais desconhecida da

alma humana. Ela é, também, a mais difícil de se definir. Trata-se da necessidade de *enraizamento*, de participar de uma comunidade ou tradição, de inserir-se em um tempo e lugar de identidade e singularização, que nos transforma localmente em sujeitos e partícipes da produção de um mundo comum.

Esta vocação natural de nossa condição humana para o enraizamento, é confrontada pelo desenraizamento imposto pela precariedade do modo de vida moderno e suas diversas estratégias de despersonalização e precarização da existência. Mas nem por isso desaparece. Ela sempre persiste como desejo/persistência, como uma aposta constantemente renovada nas melhores possibilidades de ser e viver.

Dedicar-se a sua comunidade é o modo como Andreia expressa tal vocação e realiza sua aposta na vida. Para ela, transformar Saibreira é transformar-se. Levar projetos para a comunidade não é apenas valorar o lugar onde mora, mas antes de tudo criar outros modos de vida e formas de habitar, fazer parte da cidade. No caso aqui é a superação de um cotidiano de violência através da cultura que personifica esta aposta:

“Eu falava: ‘Eu tenho que trazer cultura aqui para dentro! Tenho que movimentar a comunidade de uma outra forma e tem que fazer a Saibreira ser reconhecida lá fora’. Hoje eu já ando nos lugares e já escuto as pessoas falarem: ‘Ah, a presidente da associação de moradores de Saibreira’, nossa, como eu fico feliz com isso! A Saibreira hoje já está sendo olhada com outros olhos, não daquele lugar que o pessoal levava alguém para dentro e matava, como era dentro das escolas, tinha muito isso. Eles matavam dentro da escola! Eu tive uns cinco meninos, moradores, que foram mortos no pátio dentro da escola, usuário de droga. Então hoje já não tem mais isso, as crianças pequenininhas que estão vindo hoje não estão vendo, já não estão tendo esse cenário mais lá dentro da comunidade. A gente já não tem mais esse cenário, então o que hoje eu fico muito triste dentro da minha comunidade é eu não ter um projeto dentro da comunidade, isso eu fico muito triste!”^{xxii}

UMA TENTATIVA DE CONCLUSÃO

Uma das mais belas frases de Simone Weil (1996), em seu breve e inacabado texto sobre o Desenraizamento, é a afirmação de que “De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital do que o passado”.^{xxiii} A memória, é também um modo de enraizar -se. Fato que aproxima o campo da História Oral do estudo da vida cotidiana. Pois é no tempo (duração) que existimos e inventamos a nós mesmos como viventes através das mais elementares rotinas. É deste tempo qualitativo, embora banal, que são feitas as lembranças.

O tempo da fala de um depoente não é o mesmo tempo “especializado”, “objetivado” e linear do relógio, da fábrica. Não é um tempo quantificável, racional, que pode ser medido, repartido, objetivamente periodizado de forma analítica sem perder sua complexidade latente e

a singularidade de suas significações pessoais. Trata-se do tempo integral, absoluto, não linear das fabulações. É o tempo qualitativo do relacional, das alegorias, dos afetos, dos hábitos, de um passado vivo e presente, que transborda em imagens, em palavras, significações, cujo compasso e variação dos ritmos, timbres, texturas, pausas, acelerações, omissões e significações, contam uma existência dentro de outras existências, conferindo ao discurso certa musicalidade. É o tempo de um passado que se dilata como experiência, que perpassa um presente sempre movente, que nunca é o mesmo em relação a um passado que é sempre outro e nunca esgota suas possibilidades de significações e ressignificações da vida. A narrativa de um depoente aproxima-se não raramente da crônica, forma literária tão íntima do discurso memorialista. Assunto que valeria explorar em um outro momento.

Segundo Bosi (2003) a Psicologia, enquanto “fenomenologia dos atos expressivos” pode dialogar de modo cordial com os leitores de Bergson, mas, para tanto:

Temos que recorrer ao pressuposto de uma conservação subliminar de toda vida psicológica já transcrita. O afloramento do passado se combina com o processo corporal e presente da percepção. Começa-se à atribuir a memória uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações.^{xxiv}

Caso escutemos com atenção, podemos ouvir na voz do narrador, uma fala onde ele coincide consigo mesmo, enquanto memorialista que revive acontecimentos pessoais, e outra fala, mais profunda e espontânea, quase anônima, onde predomina a unicidade do tempo, a lembrança como expressão da duração indivisível de uma vida inteira^{xxv}, sob a forma de devaneio.

Jassiara e Andreia, deixam bem claro em seus depoimentos o quanto são habitadas pela comunidade de Saibreira como se ela fosse quase uma espécie de heterotopia, um lugar outro, como entendia Foucault.^{xxvi} Morar em Saibreira, mesmo que de modo distinto para cada uma delas, realizou da mesma forma em suas vidas, um enraizamento profundo no mundo, um destino. É através deste morar em Saibreira que se dá para as duas lideranças comunitárias a percepção de um passado presente e vivido, de um tempo e um lugar que as habitam.

Em outras palavras, como tantas outras comunidades que compõem o mosaico de uma grande cidade, Saibreira é um território invisibilizado no mapa da grande cidade. Mas ele é também cenário de histórias de vida e destinos comuns, privações, dificuldades, desejos,

conquistas coletivas e individuais. Jassiara e Andreia, como lideranças comunitárias, nos aproximam destas tantas vidas, através de narrativas afetivas e intensas, cuja publicidade, ressignificam este território e seus moradores, inventam o futuro de um passado que pode ser sempre recriado por novas narrativas de vida e memória que nunca se fecham sobre si mesmas, que jamais esgotam suas possibilidades de contar e recontar a história de uma cidade que constantemente se reinventa através da experiência de seus habitantes.

ⁱ BOSI, Ecléa. **Memória**: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano (entrevista), por Mozhair Salomão Bruck. Revista Dispositiva. v.1 n.2. agosto/dezembro de 2012, p.196/199, p.199. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>. Acesso em 03/01/2022.

ⁱⁱ BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da memória**: Ensaios de Psicologia Social. SP: Ateliê Editorial, 2003. p. 66.

ⁱⁱⁱ Idem.

^{iv} Idem, p.67.

^v OLIVEIRA, Paulo de Salles. Sobre Memória e Sociedade. In REVISTA USP. São Paulo . n. 98. p. 87-94 JUNHO/JULHO/agosto 2013, p. 94.

^{vi} BOSI, Ecléa. **Memória**: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano (entrevista), por Mozhair Salomão Bruck. Revista Dispositiva. v.1 n.2. agosto/dezembro de 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>. Acesso em 03/01/2022.

^{vii} PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. Revista Minemosine. Vol. 6, N° 2, 2010, (p. 2-13), p.3.

^{viii} Idem, p. 5.

^{ix} ALMEIDA, Juniele Rabelô de. **O que a história oral ensina à história pública**. In MAUAD, Ana Maria e outros (org.) Que História Pública Queremos= Wath public history do we want?. SP: Letra e Voz, 2018, p. 108.

^x Idem, p. 107.

^{xi}. Disponível no Site: <https://www.data.rio/apps/sabren>.

^{xii} Idem.

^{xiii} OLIVEIRA, M. P. de Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (51). P. s/d. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>. Acesso em 03/01/2022.

^{xiv} Jaciara/ Saibreira, s/d.

^{xv} Jassiara /Saibreira , s/d.

^{xvi} Jassiara/ Saibreira , s/d.

^{xvii} Andreia /Saibreira, s/d.

^{xviii} Andreia /Saibreira, s/d.

^{xix} Andreia /Saibreira s/d.

^{xx} Andreia, Saibreira, s/d

^{xxi} MAYOL, Pierre. Morar. In CERTEAU, Michel de., **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar e Cozinhar**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes. 2013, p. 44-45, onde se lê: “Por ‘coletividade de bairro’ eu entendo o fato bruto, materialmente imprevisível, do encontro de pessoas que, sem serem absolutamente anônimas pelo fato da proximidade, não estão tampouco absolutamente integradas na rede de relações humanas preferenciais (do círculo de amizade, de laços familiares). O bairro impõe um know-how da coexistência indecível e inevitável simultaneamente. Os vizinhos aí estão, cruzo com eles na escada do prédio, na minha rua; impossível evitá-los sempre; ‘é preciso conviver’, encontrar um equilíbrio entre a proximidade imposta pela configuração pública dos lugares, e a distância necessária para salvaguardar sua vida privada. Nem longe demais, nem demasiadamente perto, para não se aborrecer, e também para não perder os benefícios que se espera obter com uma boa relação de vizinhança. Em suma, é preciso sair ganhando em todos os quadros, dominando, sem perder nada, o sistema das relações impostas pelo espaço. Assim definida, a coletividade é um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro.

^{xxii} Andreia, Saibreira, s/d.

^{xxiii} WEIL, Simone. O enraizamento. in **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Antologia organizada por Ecléa Bosi. 2º.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p 411.

^{xxiv} BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. SP: Ateliê Editorial, 2003, p. 66.

^{xxv}A filosofia de Bergson afirma o real como o reino da duração (tempo) e identifica em nossa experiência perceptiva mais cotidiana, a vivência simultânea de duas formas de memória. Por um lado existe a memória hábito que personifica o caráter utilitário de nossa percepção das coisas. É uma memória superficial, motora, voltada para o aqui e agora, e definida pela adaptação de nosso sistema nervoso as situações vividas. Tal modalidade de memória inibi o tempo todo uma memória mais profunda, espontânea e involuntária que, ao contrário da primeira, não é orientada para ação utilitária e adaptação ao mundo vivido como extensão. Trata-se de uma memória total ou “espiritual”, independente da matéria, já que a duração, como ele afirma em **A Evolução Criadora** é o próprio tecido do qual a realidade é feita. Tal memória pura ou integral realiza um esforço contínuo para inserir-se no hábito motor, emergindo do “inconsciente”.

Desta forma, Bergson, realizando uma crítica aos consensos científicos de sua época, rompe com uma concepção espacializada de tempo que reduz o cérebro e suas células sensoriais a uma espécie de depósito de registro de fatos ocorridos. Para ele o tempo não é “um lugar” dentro de nós onde algo deixou de ser, algo é, e algo ainda será, de forma linear e cumulativa. O tempo não é uma experiência quantitativa, mas qualitativa, onde o presente é aquilo que foge, diante de um passado que se dilata. Em outras palavras, o presente é um passado que se desloca, enquanto o futuro é um passado virtual. A duração (tempo) é, portanto, devir e criação, uma atualização constante do passado entre o pragmatismo do agora e a totalidade inconsciente de um devir memória. Se vivenciamos ordinariamente apenas uma pequena parcela do nosso passado, é com sua totalidade que desejamos, queremos, agimos e criamos no tempo.

^{xxvi}Tal como proposto por Foucault em sua célebre conferência pronunciada no Cercle d’Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. Heterotopias são “lugares reais”, que suscitam a diferença. No contexto de referências deste artigo, heterotopias seriam formas de resignificação e reapropriação do espaço urbano, que fogem ao planejamento urbano, a cidade formal e formatada pela imanência de relações de poder e dispositivos disciplinares de controle da população. Vinculamos aqui heterotopias (lugares outros) a redefinição das relações de forças através de experiências outras da cidade, como as ocupações que transformam a paisagem urbana e democratizam o acesso a cidade.